

<b>DOCUMENTOS DE REGULARIDADE JURÍDICA <sup>1</sup></b>		
<b>EMPRESA: REAL EXPRESSO - LTDA</b>		
<b>Processo nº: 201600029000080</b>	<b>CNPJ: 25.234.551/0001-38</b>	<b>Situação</b> <b>SIM/NÃO</b>
a) Prova de Inscrição no CNPJ.	Atividade econômica principal: transporte coletivo de passageiros.	<b>Sim</b> <b>F. 08</b>
b) Comprovante de Identidade dos diretores ou sócios-gerentes da pessoa jurídica.	Conforme instrumentos constitutivos da empresa.	<b>Sim</b> <b>F. 10/13</b>
c) Certidão Negativa da Justiça Federal dos diretores ou sócios-gerentes.	Emissão no estado de localização da sede da operadora. Comprove não terem sido condenados os diretores ou sócios-gerentes pela prática de crime <sup>2</sup>	<b>Sim</b> <b>FLS. 15, 17, 18 E 20.</b>
d) Certidão Negativa da Justiça Estadual dos diretores ou sócios-gerentes	Emissão no estado de localização da sede da operadora. Comprove não terem sido condenados os diretores ou sócios-gerentes pela prática de crime <sup>2</sup>	<b>SIM</b> <b>Fls. 14, 16, 18 “A” e 19.</b>
e) Ato constitutivo, devidamente registrado como empresa nacional <sup>3</sup>	Constar a prestação de serviços de transporte coletivo regular de passageiros. Comprovar a disposição de capital social integralizado.	<b>Sim</b> <b>Fls. 21/34</b>
f) Ata da assembleia que deu posse aos administradores, devidamente registrada.	No caso de sociedade por ações.	<b>Não</b>
g) Documento, devidamente registrado, de eleição da diretoria em exercício.	No caso de sociedade simples e demais entidades.	<b>Não</b>
h) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.	Expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.	<b>Sim</b> <b>F. 36</b>
f) Endereço da sede da empresa		<b>Não</b>
<p align="center"><b>Observação:</b></p> <p><b>Falta comprovante de endereço.</b></p>		
<p><b>Data:</b> _____ <b>Assinatura:</b> _____</p>		

<sup>1</sup> Documento deve ser apresentado em original, cópia autenticada ou por publicação em órgão da imprensa oficial e deverão conter a firma de seus signatários reconhecida em cartório, salvo aqueles emitidos pelo Poder Público.

<sup>2</sup> Decisão transitada em julgado de crimes de peculato, concussão, prevaricação, contrabando e descaminho, bem como contra a economia popular e a fé pública.

<sup>3</sup> Se CONSÓRCIO, deverá indicar a empresa líder, que representará as demais consorciadas.